

# **“AS GENTES DO LIVRO NO MARANHÃO”: Um livreiro português na província (1799-1819)<sup>1</sup>**

Romário Sampaio Basílio\*

## **Introdução**

Baseados quase que em sua totalidade em *Jerônimo de Viveiros* e sua clássica obra sobre o comércio no Maranhão<sup>2</sup>, todos os autores que de modo residual traçaram um panorama sobre o comércio e a circulação de impressos no Maranhão partiram das mesmas fontes. Os jornais foram, até recentemente, predominantes nos estudos sobre o tema e sempre tomam como marco o clima de liberdade de Imprensa advogado pelas Cortes, a promulgação da lei homônima em julho de 1821, e a consequente instalação da tipografia no Maranhão<sup>3</sup>.

Os trabalhos até a década de 1980 que incorporaram estas discussões estiveram sempre em volta dos inventários e dos catálogos de bibliotecas, numa tentativa de analisar o ambiente letrado Colonial (DINIZ, 1959, 1975; MORAES, 1969; MACHADO, 1980; FRIEIRO, 1981). No entanto, esses trabalhos não traçam uma ‘trejetória do livro’ e dos agentes envolvidos na produção, posse e comercialização de impressos no Império Português e dos sistemas de monopólios constituídos. A partir da década de 1990, alguns trabalhos começam a surgir com uma ampliação da utilização de fontes, destacando-se as alocadas na Torre do Tombo (ANTT), como as do Fundo da Real Mesa Censória (RMC). As discussões em alguns desses trabalhos (NEVES, 1989, 1992; ALGRANTI, 1995; ARAUJO, 1999;

---

<sup>1</sup> Este trabalho integra o projeto de pesquisa *Posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís (1800-1841)*, coordenado pelo professor Marcelo Cheche Galves (UEMA) e financiado pelo CNPq.

\* Graduando do curso de Historia Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão, bolsista de iniciação científica UEMA/CNPq. E-mail: [romariosbasilio@gmail.com](mailto:romariosbasilio@gmail.com).

<sup>2</sup> História do Comércio do Maranhão (1954).

<sup>3</sup> Instalada em 15 novembro de 1821 a tipografia já havia sido instituída em outras províncias no Brasil. Na Bahia, em 1811, no Recife em 1817 (RIZZINI, 1988, p.324) e várias no Rio de Janeiro a partir de 1821, rompendo com o monopólio da Impressão Régia. No Maranhão, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca em novembro de 1821 exclamava desde já a importância na Instalação da Tipografia para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Joaquim José Monteiro Torres. Prometendo trabalhar dentro da Lei de Liberdade de imprensa, o presidente da Província diz que a “*Tipografia he util, essencial num Governo Liberal para esclarecer a verdade*” tendo, como mostra Marcelo Galves (2010, p.83), estabelecido monopólio sobre a palavra impressa e condicionado a Tipografia aos grupos políticos em torno do mandatário (APEM, Setor de Avulsos, Maço nº. 1, novembro de 1821).

VILLALTA, 1999; BESSONE, 1999; ABREU, 2003) permitem já traçar trajetórias pessoais, assim como dos agentes envolvidos na construção das redes livrescas e da comercialização de impressos.

Poucos até então são os trabalhos na historiografia brasileira do livro, em comparação com os estudos portugueses, que lidam com trajetórias pessoais, especialmente de livreiros e donos de tipografias, anteriores à Revolução do Porto (1820-1823), e até mesmo durante todo o século XIX. Tania Bessone (2008, p.484) aponta que para o Rio de Janeiro os primeiros livreiros especializados eram franceses, com destaque para *João Roberto Bourgeois, Paulo Martin e Silva Porto*. Esse último foi objeto de estudo de Cybele de Ipanema (2007), que demonstrou como o livreiro e editor tinha trânsito na corte de D. João e que sua livraria, para além de ser local de venda das últimas novidades políticas, se tornou um importante centro de sociabilidade carioca. Já *Paulo Martin*, livreiro francês, instalou-se no Rio de Janeiro desde a última década do século XVIII e mantinha contato com as principais praças de comércio da Europa (BESSONE, 2008, p.485; HALLEWELL, 2012, p.118-122).

Os registros da Real Mesa Censória de envio de livros de Portugal para o Brasil já foram utilizados em diversas perquisas sobre os impressos, sua produção, divulgação e seus leitores. Os ainda recente estudos sobre o Maranhão revelam, antes de resultados extensos, alguns problemas em torno dos objetos que são produzidos. Um deles diz respeito justamente aos agentes envolvidos nesses “negócios dos livros” e como agiam os negociantes, livreiros ou não, na produção e no envio de livros de Lisboa para São Luís.

A documentação sobre o Maranhão da RMC computa 318 requisições de envio de livros de Lisboa. Diversos são os comerciante que podem ser destacados nessa documentação, divididos temporalmente, ou mesmo de acordo com suas conexões. Alguns deles já são conhecidos, inclusive em trabalhos referentes às suas atuações, como *João Henriques*<sup>4</sup>, *João Baptista Reycend*<sup>5</sup>, *Viúva Bertrand & Filhos*<sup>6</sup> e *Antonio Manoel Policarpo da Silva*<sup>7</sup>. Neste trabalho recupero estratos da trajetória de um deles, *Manoel Antonio Teixeira da Silva*, que,

---

<sup>4</sup> Homem cego, contratador de livros que é registrado na documentação sobre o Maranhão desde final do século XIX até o primeiro quartel do século XIX. Nascido na Comarca de Aveiro foi alvo de vários processos pela RMC por posse de livros proibidos, entre 1759 e 1770 (CURTO, 2007, p.229)

<sup>5</sup> Mercador de Livros da praça de Lisboa, concentrou sua atuação entre os anos de 1756 a 1809 (CURTO, 2007, p.111). É um dos principais, ao lado de *Teixeira da Silva, João Henriques e Antonio Manoel Policarpo da Silva*, no envio de livros para o Maranhão, registrados pela RMC.

<sup>6</sup> Mercadores de Livros, possuíam uma loja em Lisboa ao lado da Igreja de Nossa Senhora dos Mártires ao Chiado. Maria Clara Rey, viúva de João José Bertrand, geria uma sociedade com seus filhos até sua morte em 1812; sucedendo-lhe os netos na sociedade (CURTO, 2007, p.176).

<sup>7</sup> Livreiro e Mercador de livros, seu registro abrange o período entre 1796 e 1828; era o administrador da Loja da Gazeta em Lisboa. Enviou livros para várias províncias brasileiras e será o principal contato de *Teixeira da Silva* em Lisboa, estando esse no Maranhão após 1813 (CURTO, 2007, p.73).

até então, não havia sido destacado no comércio de impressos nesses estudos; das 318 petições, 34 são assinadas por ele, ora como procurador ou como requisitor, no período de 1799 a 1826.

### **Que venham os franceses: Teixeira da Silva em Portugal**

Natural da Villa do Mondim de Basto<sup>8</sup>, no norte de Portugal, Teixeira da Silva casou-se com *Lauriana Jozefa*, natural da mesma vila<sup>9</sup>. Nascido por volta do ano de 1756, se transferiu para Lisboa onde era registrado na *Junta de Comércio*, sendo denominado de ‘*Comissario volante*’. Esteve envolvido durante esse período em processos motivados por questões comerciais, muitas delas com grandes negociantes da praça de Lisboa. Não foi listado por Pedreira (1995) entre os “60 grandes”, nem entre os maiores contratadores, o que sugere que não possuía investimentos muito estratificados. Estranhamente, também não está catalogado entre as gentes do livro de Lisboa durante todo o século XVIII, o que corrobora com a ideia de ser um ‘vendedor volante’ ou apenas um ‘vende livros’ (CURTO, 2007).

Sem saber ao certo quando inicia seus negócios no ramo dos impressos, suponho que já o fazia há algum tempo: encontro registro de envio de livros assinado por *Teixeira da Silva* em 18 de novembro de 1799. No mesmo dia, envia ao tribunal censor duas requisições de carregamentos para o Maranhão. Sem destinatários, tais requisições continham: *Colleção das leis Jozefinas e Marianas*; Biblias; 14 volumes de *Historia de Portugal* e 192 *Cartilhas do Mestre Ignacio*<sup>10</sup>. Em 1800 e 1801, apenas três registros de envio por *Teixeira da Silva*. Além das ditas *Cartilhas*, 108 nesses carregamentos, envia *Horas Marianas e Secretário Português*, dentre outras.

A partir de 1802 e 1803 *Teixeira da Silva* não é registrado em muitas requisições, e a partir de 1807 desaparece dos registros. Não será uma regalia sua essa ausência, pois todos os grandes comerciantes portugueses do ramo livreiro, a partir de 1807, passam a não ser mais encontrados, com exceção de alguns envolvidos em pequenos envios<sup>11</sup>. Curiosamente, dois

<sup>8</sup>Município português pertencente ao Distrito de Vila Real, a 389 km de Lisboa.

<sup>9</sup>AHU\_ACL CU\_009, Cx. 157, D. 11309.

<sup>10</sup>Segundo Telmo Verdelho (2001, p.81) essas cartilhas tinham caráter didático, geralmente voltadas para o ensino da língua portuguesa. Estructuralmente eram opúsculos sumários, com algumas páginas para explicação do alfabeto, com sílabas e formações fonéticas e as demais se tratavam de um catecismo com orações, preces e informações usuais no mundo católico. A *Cartilha do Mestre Ignacio* era exclusivamente catequética, elaborada pelos jesuítas e que esteve à mercê de proibições e autorizações para circular, na medida em que os religiosos se aproximavam do Estado Português.

<sup>11</sup>IANTT, *Real Mesa Censória*, caixa 159.

irmãos franceses não desaparecem: *Pedro e Jorge Rey*, numa sociedade, são registrados no envio de livros em 1808 para o Maranhão. Por serem franceses, ou não, podem ter sido menos admoestados como início das invasões dos franceses em 1807<sup>12</sup>, repetidas em 1809 e 1810; esse fato está relacionado com a desarticulação de algumas conexões comerciais e com as transformações que passam a viver as províncias brasileiras a partir de então.

Não tão pacíficas, as invasões estão no centro de outra questão: a emigração portuguesa. Segundo Joel Serrão (2002, p.366-367) a emigração desde o final do século XVIII até meados do século XIX esteve relacionada a questões estruturais; aliadas as invasões e guerras, que causavam penúria na população e um sentimento de insegurança. Nesse sentido, buscar melhores condições de vida e de negócios esteve no âmago de muitos desses emigrantes que deixaram Portugal. Antes disso, em 1709 e 1711, segundo Glayds Sabina Ribeiro (2008, p.209-212), era tamanho o fluxo de emigrantes portugueses em direção ao Brasil que promulgaram-se leis proibindo a saída de pessoas de Portugal. Será em 1720 que D. João V, talvez motivado pelo medo de um possível vazio populacional, exigirá a apresentação de passaportes para a saída do Reino; a punição para quem descumprisse seria o sequestro de bens e a desnaturalização para os “fugitivos”. Apenas aos indivíduos que provassem que ficariam por um pequeno período de tempo, por negócios temporários, religiosos, oficiais do governo e missionários, era concedido os passaportes.

Em agosto de 1810, a terceira invasão francesa. Emigrar para o Brasil talvez não fosse uma má ideia para um português. *Manoel Antonio Teixeira da Silva* também entra nessas estatísticas e, na sua solicitação de passaporte de junho do mesmo ano, tenta se enquadrar nos requisitos para transferência. O Maranhão foi o destino, tendo a província como uma terra de oportunidades, ambientadas nos crescentes números das exportações entre 1812 e 1819 (LAGO, 2001, p.108); por já haver nela uma grande quantidade de comerciantes portugueses, e além de já ter enviado livros de Lisboa a São Luís, o que sugere contatos nas terras maranhenses.

Como justificativa para se transferir para o Maranhão, *Teixeira da Silva*, numa tentativa de se enquadrar nos “pré-requisitos do emigrante” diz que “e precisa hir p.<sup>a</sup> ali a tractar de suas Cobranças, e liquidação de suas Contas com seus Correspondentes (...)”<sup>13</sup>. Decerto que para tratar com seus correspondentes uma viagem não muito demorada seria

<sup>12</sup> Em 1809, como aponta Manuela Domingos (2000, p.129-160) *Jorge Rey* com sua irmã, *Viúva Bertrand*, suplicam à Rainha para serem naturalizados portugueses e não serem alvo da ordem de expulsão que era direcionada os franceses residentes no país. Eles evocam seus feitos ao longo do período em Portugal e as razões para serem ‘portugueses’. Ao que parece lhes é deferido o pedido de naturalização.

<sup>13</sup> AHU\_ACL CU\_009, Cx. 157, D. 11309.

suficiente, no entanto, logo em seguida anuncia que vai “levando em sua Comp.<sup>a</sup> sua Mulher Laurianna Josefa, e seus dois sobrinhos Orfãos, Hellena Thereza, e Domingos (...)"<sup>14</sup>.

Não suficiente teria sido a justificativa que, anexo ao documento, negociantes matriculados da Praça de Lisboa assinam e depõem a favor da ida de *Teixeira da Silva*, como *Manoel Alz d'Mello* e *Manoel Joaquim Cardozo*. Outros afirmam, como *Joze Severiano da Silva*, conhecer o livreiro “munto bem a mais de vinte annos”<sup>15</sup>, concordando com o conteúdo da petição e com sua viagem. Um dos depoentes a favor da ida de *Teixeira da Silva* é o dito *Manoel Alves de Melo*. Esse personagem será um dos contatos do livreiro em Lisboa após a transferência para o Maranhão, pois solicita enviar carregamentos em abril de 1810 para a Província<sup>16</sup>, tendo como procurador *Antonio Manoel Policarpo da Silva*, ‘Livreiro e Mercador de Livros’ (CURTO, 2007, p. 73), que também será um contato nos envios.

### **‘De lá pra cá’: Teixeira da Silva no Maranhão**

Não preciso quando *Teixeira da Silva* embarca com esposa e sobrinhos e aporta no Maranhão, provavelmente entre 1810 e 1811. Já em 1813, baseado nas requisições apresentadas à RMC, encontro *Teixeira da Silva* na Cidade e já envolvido no comércio de livros e impressos. Isso porque o livreiro passa a ser registrado nas petições como requerente, e não mais como procurador. Essa figura, central no mundo dos negócios dos livros, era quem apresentava à RMC as requisições para autorização de envio para qualquer lugar do Império; geralmente, eram os grandes livreiros e negociantes, já conhecidos e influentes na Praça, o que poderia, creio, facilitar ou agilizar o parecer dos censores.

O fato é que de 8 de janeiro de 1813 a 17 de agosto de 1819, esse personagem assina requisições para transferência de impressos para São Luís. Essa informação torna possível, também, a identificação dos contatos de *Teixeira da Silva* em Lisboa. Da chegada até novembro 1817 o negociante, ao que parece na documentação preservada, manteve-se fiel a *Antonio Manoel Policarpo da Silva*. São vinte petições com a presença dos dois e todas elas com as mesmas características de envio. Depois desta data, outras conexões se estabelecem, com *João Henriques* e *Antonio Rodrigues Toscano*.

---

<sup>14</sup>Idem.

<sup>15</sup>Idem. Vale-me destacar até uma descrição do tipo físico de *Teixeira da Silva*. Diz ele ser “ de estatura baixa, forte, rosto avermelhado, olhos piedozos, nariz groço, que pertende transportar se para a Cidade do Maranham a tratar dos seus Negocios(...)”.

<sup>16</sup>IANTT. Desembargo do Paço: Corte, Estremadura e Ilhas, Maço 868, nº 154, e nº 4.

De 1799, antes de sua vinda ao Maranhão, até 1819, *Teixeira da Silva* assina 34 petições<sup>17</sup>. Nessas, efetuando-se um levantamento por obras e quantidades, chega-se a 1.500 impressos enviados de Lisboa a São Luís. Desde folhetos, que passaram a ser mais frequentes depois de 1816, até folhinhas de reza, o negociante aumentou consideravelmente a quantidade de obras enviadas. São mais recorrentes as chamadas *Horas Marianas*, listadas em 9 das requisições do período, *Direito Mercantil*, em 5 delas, e outras como *Elementos de Civilidade, História de Portugal e História de Bonaparte*.<sup>18</sup>

O negociante continua a assinar petições em 1820, 1821, 1825 e 1826. A documentação da RMC conserva registros até a última data, o que não permite dizer que depois de 1826 *Teixeira da Silva* tenha encerrado suas atividades no ramo para o Maranhão. Isso reforça a ideia de que os negociantes portugueses em São Luís, depois das conturbações políticas entre a ‘adesão’ em 1823 e movimentos antilusitanos em 1824, continuaram, ou retomaram, sua influência no ramo comercial local. Luiz Villalta (1999, p. 419) lista as datas que a documentação preservada da RMC abrange, em relação ao envio de livros para as províncias brasileiras, e todas vão no máximo até 1821, como no caso do Grão-Pará (ANTT, cx.160). Na caixa referente ao Maranhão (ANTT, cx.159) as últimas petições são de 1826, assinadas por *Teixeira da Silva*<sup>19</sup>.

## Considerações Finais

A documentação analisada evidencia a atuação de *Teixeira da Silva* o colocando como o principal agente local do trânsito de impressos. As variadas e numerosas listagens, que são maiores nos anos de 1816 e 1817, demonstram e mapeiam o principal ramo no qual o comerciante português se dedica no Maranhão. É provável que sua atuação, como em Portugal, não se restrinisse apenas ao comércio de impressos, mas também de outros gêneros<sup>20</sup>.

Assim como ainda não é possível definir a chegada exata do livreiro ao Maranhão, não existem evidências maiores que atestem sua partida. No entanto, é possível identificar o

<sup>18</sup> IANTT, *Real Mesa Censória*, caixa 159.

<sup>19</sup> Villalta também atribui a data máxima do registro de requisições ao Maranhão em 1821, o que não se confirma com as demais requisições preservadas na caixa referida.

<sup>20</sup> Em 1801, ainda em Portugal, *Teixeira da Silva* se envolve em uma solicitação, junto com *Antonio José Henriques* e outros, à Real Junta do Conselho sobre um carregamento de ‘riscadilhos ingleses de linho e algodão’ enviado para o Maranhão. Ao chegar à Alfândega da Cidade a carga ficou retida, pois o Juiz a considerou como de contrabando, mesmo ela tendo sido enviada, como argumentam os comerciantes, com todas as licenças e com todos tributos pagos (AHU\_ACL CU\_009, Cx. 1187, D. 9083).

comerciante de volta a em Lisboa em 1827, quando é registrado como um dos proprietários e negociantes que emprestam ao governo de D. João VI para os fundos dos socorros e auxílios aos emigrados do Brasil<sup>21</sup>. Na mesma listagem *Teixeira da Silva* não é apontado dentre os portugueses emigrados, o que coloca sob questionamento os reais motivos de seu retorno às terras lusas.

A trajetória de *Manoel Antonio Teixeira da Silva*, abordada neste texto tendo como base a documentação da RMC (ANTT) e o pedido de passaporte de viagem ao Maranhão (AHU), aponta para algumas questões ainda a serem respondidas em torno do livreiro. Sua presença efetiva no comércio de impressos ainda está desacompanhada de maiores informações biográficas, redes de negócio e, quiçá, articulações políticas. Também as razões para o regresso, como coloco acima, são desconhecidas. O negociante parece passar ileso ao momento de “morte aos portugueses”, que caracterizou a província entre a independência, em julho de 1823, e o final de 1824. O retorno em 1827 e sua atuação junto ao ‘auxilio’ aos emigrados demonstra a manutenção das conexões com o Maranhão e até uma possível continuidade nos tratos comerciais.

## Referências

- ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de Devoção, Atos de Censura:** ensaios de história do livro e da leitura na América portuguesa (1750-1821). São Palo: Hucitec: FAPESP, 2004. Estudos Historicos.
- BASTOS, José Timóteo da Silva. **História da Censura em Portugal:** ensaio sobre a compreensão do pensamento português. Lisboa: Editora Moraes, 1993.
- BESSONE, Tania. Livreiros in **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- CURTO, Diogo Ramada et al. **As gentes do Livro:** Lisboa, século XVIII. Lisboa: BN, 2007.
- DOMINGOS, Manuela D. **Livreiros de Setecentos**. Lisboa: BN, 2000.
- FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquia na praça marcantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- GALVES; Marcelo Cheche. **Ao Público Sincero e Imparcial :** imprensa e independência do Maranhão (1821-1826). Tese (doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2010.

<sup>21</sup>Pela Impressão Régia, Lisboa 1827. “Subscrição e socorros aos emigrados do Brasil, por ordem de Sua Magestade Imperial o senhor D. João VI de gloriosa memoria, e auxilios a estabelecimentos publicos de caridade em execução dos decretos de sua alteza a serenissima Senhora Infanta Regente em nome d'El Rei”. O documento evidencia um maior fluxo de emigrados do Norte: Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará são os locais de onde mais emigram (expulsos ou voluntariamente) portugueses de volta à Portugal.

\_\_\_\_\_. À sombra da Corte: impressos e público leitor no Maranhão In: CASTRO, César Augusto. **Leituras, impressos e cultura escolar**. São Luís: EDUFMA, 2010, p. 67-87.

HALLEWEL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1985.

IPANEMA, Cybele. **Silva Porto**: livreiro na corte de D. João, editor na Independência.Rio de Janeiro: Capivara Editora, 2007.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822) **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. 2 ed.São Paulo: Siciliano, 2001.

MOTA, Antonia da Silva. **A Dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão**. Tese (Doutorado). UFPE: Recife, 2007.

MARQUES, Maria Adelaide Salvador. **A Real Mesa Censória e a cultura nacional**. Coimbra, Editora Coimbra, 1963.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e Científicos, 1979.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Invasões Francesas in **Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821)**.Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. **Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vistismo (1755-1822)**: deferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Dissertação de doutorado em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 1995.

RIBEIRO, Glayds Sabina.Imigração in **Dicionário do Brasil Joanino (1808-1821)**.Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

RIZZINI, Carlos. **O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

SERRÃO, Joel. Demografia in **Dicionário de História de Portugal**.Porto: Livraria Figueirinhas, 2002.

VERDELHO, Telmo dos Santos.O remoto convívio interlinguístico: tradição teórica e herança metalinguística in MATEUS, Maria Helena Mira (org.). **Caminhos do Português**. Lisboa: BN, 2001, p.75-90.

VILLALTA; Luis Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura**: usos do livro na América Portuguesa. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999. 640f. p.198 ss.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954.